



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 Informações gerais

A Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e conta com três unidades industriais: duas em Camaçari – BA e uma em Várzea Paulista – SP, onde está sua sede. A Companhia tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como a participação em outras sociedades.

Os produtos fabricados pela Elekeiroz são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

Em maio de 2016 a Companhia concretizou a criação da *joint venture* com a empresa Nexoleum Ltda, criando a Nexoleum Bioderivados S.A, empresa que atua na exploração do mercado de plastificantes com base renovável, através da produção e oferta de produtos bioderivados de origem vegetal, patenteados no Brasil e em regiões relevantes como Estados Unidos e Europa.

O foco dos produtos da Nexoleum é a substituição de aditivos petroderivados por bioderivados, para os segmentos de plásticos, tintas, lubrificantes, têxteis, borrachas, entre outros. O objetivo é oferecer materiais com qualidade semelhante ou superior e custos competitivos.

No primeiro semestre de 2016 a Companhia decidiu paralisar temporariamente as operações das unidades de Plastificantes e Anidrido Ftálico de sua planta de Camaçari (BA). A partir da paralização temporária foram realizados estudos de aproveitamento dessas unidades, concluindo-se pela inviabilidade de reaproveitamento, levando à constatação da necessidade de realização de baixa dos ativos e constituição de provisões relativas à desativação definitiva dessas unidades.

Em atendimento ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou avaliação dos itens componentes do seu ativo imobilizado e intangível, constatando a necessidade de redução do valor contábil ao valor recuperável das unidades produtoras de Oxo-Álcoois/Gases, Resinas de Poliéster e Anidrido Maleico. O excesso de oferta de produtos no mercado internacional, aliado à recente piora nas expectativas de recuperação da economia, levaram à forte deterioração nos resultados projetados dessas unidades.

Baseado nas projeções de longo prazo consolidadas de suas unidades operativas, a Companhia identificou também a necessidade de redução de seus créditos fiscais relativos a Tributos Diferidos, baixando os créditos que apresentam expectativa de recuperação superior a 10 anos.

As adequações acima mencionadas, bem como outras provisões detalhadas nestas notas, levaram a uma redução do Patrimônio Líquido da Companhia de R\$ 276.866. Estes eventos estão detalhados nas notas 8, 11 e 17.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2016 relevantes para a Companhia. Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com os exercícios anteriores.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e que responde pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, é a Administração da Companhia, que é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- . Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. No caso de instrumento de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8 Outros ativos circulante e não circulante

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.9 Ativos intangíveis

(a) Softwares

Inclui o direito de uso de *softwares*, capitalizados com base no custo incorrido e amortizados de acordo com sua vida útil estimada em 5 anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 5 anos.

2.10 Propriedades para investimentos

A Companhia é proprietária de um imóvel em Arujá-SP não utilizado em suas operações. A administração da Companhia optou por avaliar a propriedade ao custo, sendo que o saldo está demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação, quando aplicável. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, a uma taxa média de 4% ao ano.

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu como pagamento de dívida com cliente um apartamento localizado em Canoas – RS. O qual foi classificado como propriedade para investimento.

Na data destas demonstrações o valor contábil desses ativos não excede ao seu valor recuperável estimado com base em laudo de avaliação a valor de mercado. O saldo das propriedades para investimento está apresentado na rubrica de Investimentos (Nota 14).

2.11 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes, como reformas e inspeções periódicas necessárias à operação, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo:



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Anos
Construções	25
Equipamentos e instalações	3 a 20 (em média 5) (*)
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

(*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 33,33% ao ano.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

Na data destas demonstrações contábeis a Companhia não possui operações de arrendamento mercantil financeiro.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e estão sendo compensados os prejuízos fiscais existentes. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de previdência privada

A Companhia oferece a todos os seus empregados um plano de previdência do tipo contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (fundo de pensão), não tendo a Companhia nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Companhia. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(c) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*) aprovado. Até a data destas demonstrações não foram outorgadas opções aos executivos.

(d) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.18 Capital social

O capital da Companhia é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

(a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(c) Receita com dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

(d) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, ou em períodos menores conforme deliberado pelo Conselho de Administração, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração e por Assembleia dos Acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. Estas alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

(a) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 08/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2012-2014

(i) CPC 19/IFRS 11 Negócios em Conjunto

As aquisições de participação em uma operação conjunta em que as atividades da operação conjunta constituem-se em um negócio devem ser contabilizadas aplicando-se os princípios de combinação de negócios, a menos que conflitem com o CPC 19/IFRS 11.

(ii) CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado e CPC 04/IAS 38 - Ativo Intangível

Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclare também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

(iii) CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

Foram acrescentadas orientações específicas sobre divulgação de transferência de ativos financeiros, além de orientações para auxiliar a decidir se um contrato de prestação de serviços sobre a carteira transferida tem características de envolvimento contínuo. A alteração da norma traz também orientação sobre a divulgação de compensação de ativos e passivos financeiros, que não é exigida para todos os períodos intermediários.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iv) CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados

Traz orientação complementar com relação à determinação da taxa de desconto para obrigações pós-emprego. Dentre outros aspectos, a alteração esclarece que onde não houver mercado ativo para instrumentos privados categorizados como de baixo risco *high quality bonds*, títulos governamentais devem ser utilizados para a determinação da taxa de desconto.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016 não são relevantes para a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseadas no Orçamento da Companhia, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

(b) Plano de pensão

A Companhia reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado ao Plano de Contribuição Definida. O valor contabilizado na rubrica Plano de Previdência Privada representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Companhia. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

(c) Provisões para contingências

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para passivos trabalhistas e tributários, provisão para créditos de liquidação duvidosa e redução ao valor recuperável de ativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de dependência de insumos básicos.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Executiva Finanças e TI, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Gerência Executiva Finanças e TI da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos que assessora o Conselho de Administração é responsável pelas políticas de exposição e tolerância ao risco, bem como pela avaliação de situações particulares, processos de controles internos e estrutura de gerenciamento dos riscos da Companhia.

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela Administração e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de moeda

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. A Companhia gera ativos em moeda estrangeira, oriundos de receitas de exportações e passivos em moeda estrangeira decorrentes de importações de matérias primas e equipamentos necessários às suas operações normais ou de tomadas de financiamento externo em condições que lhe sejam convenientes também. De forma a não incorrer ou mitigar ao máximo os riscos de câmbio, o que é uma de suas políticas financeiras básicas, a Companhia utiliza-se do instrumento de adiantamento de contratos de câmbio - ACC, bem como operações de derivativos financeiros, para evitar o descasamento dos ativos e passivos em moeda estrangeira. A exposição líquida e a análise de sensibilidade às variações na taxa de câmbio estão apresentadas na Nota 4.1 (e).

(ii) Operações com derivativos

Em 2016, com a finalidade de se proteger das variações de câmbio, a Companhia contratou três operações com derivativos referentes aos contratos de SWAP US\$ x CDI. Os detalhes da operação estão descritos na nota 35.

(iii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas. A análise de sensibilidade exigida está apresentada na Nota 4.1 (e).

(iv) Risco de preço dos produtos e insumos

A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a empresa a baixar preços, prejudicando os resultados.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado por um Comitê Operacional de Crédito, composto pela Gerência Executiva Finanças e TI, Diretoria Comercial e Gerência Executiva Financeira.

As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 12% do faturamento líquido.

A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de *rating*. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes, além das perdas já provisionadas nestas demonstrações.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento dos fluxos de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo departamento financeiro. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras e em títulos e valores mobiliários, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB e recursos em bancos no valor de R\$ 32.107 (R\$ 36.423 em 31 de dezembro de 2015), R\$ 1.661 em fundos de investimentos (R\$ 1.182 em 31 de dezembro de 2015) e em títulos e valores mobiliários de R\$ 3.335 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2015) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia na data de encerramento destas demonstrações:



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2016:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	33.450	-	-	33.450
Financiamentos	67.715	122.539	26.987	217.241
Outros passivos	22.688	409	-	23.097
Total	123.853	122.948	26.987	273.788

Em 31 de dezembro de 2015:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	59.252	-	-	59.252
Financiamentos	118.949	59.124	17.627	195.700
Outros passivos	12.812	409	-	13.221
Total	191.013	59.533	17.627	268.173

As projeções contidas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o próximo ano demonstram a capacidade de geração de caixa e cumprimento das obrigações, caso sejam concretizadas.

(d) Dependência de insumos básicos

Devido à volatilidade dos preços nos mercados internacionais, o aumento do valor de insumos básicos – como propeno, ortoxileno, enxofre, gás natural, benzeno, energia elétrica, entre outros – pode influenciar a composição de custos da Companhia, afetando os seus resultados.

(e) Análises de sensibilidades adicional – risco cambial e taxa de juros

Com base nos saldos de ativos e passivos expostos ao câmbio em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou duas simulações com aumentos nas taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%, o cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações. Conforme demonstrado no quadro a seguir, considerada a baixa exposição líquida, variações cambiais dentro dos limites simulados não trariam impactos significativos aos resultados da Companhia.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Operação	Saldo 31/12/2016	RISCO DE VARIAÇÃO CAMBIAL			
		Efeitos no Resultado até o Vencimento			
		Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Exportações a Receber	17.511	24	Queda US\$ (4.384) Aumento US\$ 4.384	(8.768) 8.768	
Total de ativos financeiros	17.511				
PASSIVOS FINANCEIROS					
BNDES - Crédito Rotativo	(10.280)	(1.980)	Queda US\$ 3.065 Aumento US\$ (3.065)	6.130 (6.130)	
Desconto Cambial (-) SWAP	(743)	(40)	Queda US\$ 195 Aumento US\$ (195)	391 (391)	
Fornecedores Exterior	(9.477)	(9)	Queda US\$ 2.372 Aumento US\$ (2.372)	4.743 (4.743)	
Total de passivos financeiros	(20.500)				
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(2.989)	(2.005)	Queda US\$ 1.248 Aumento US\$ (1.248)	2.496 (2.496)	

A Companhia realizou duas simulações nas taxas de juros dos financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e reduções de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir.

Operação	SENSIBILIDADE DA TAXA DE JUROS		
		Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras	Queda	2.062	(4.046)
	Aumento	(2.142)	4.367
Financiamentos	Queda	1.213	2.442
	Aumento	(1.198)	(2.381)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA		(65)	382

4.2 Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2016, devido principalmente à redução do patrimônio líquido da Companhia em decorrência dos prejuízos do período, o índice de endividamento atingiu 62% do Capital Total. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A - Total dos empréstimos e financiamentos (nota 19)	217.241	195.700
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(33.768)	(37.605)
C = (A - B) - Dívida líquida	183.473	158.095
D - Total do patrimônio líquido	111.383	455.065
E = (C + D) - Capital total	294.856	613.160
C / E = Índice de alavancagem financeira	62%	26%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

4.4 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2016				
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos mantidos até o vencimento	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Contas a receber de clientes e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados				138.535	138.535
Caixa e equivalentes de caixa				33.768	33.768
Investimentos mantidos até o vencimento		3.335			3.335
Total	-	3.335	-	172.303	175.638



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

		31 de dezembro de 2016	
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
	Empréstimos e financiamentos	217.241	217.241
	Outros passivos	23.097	20.697
	Fornecedores	33.450	33.450
	Passivos financeiros a valor justo	3.467	3.467
Total		277.255	274.855

		31 de dezembro de 2015				
		Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos mantidos até o vencimento	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
	Contas a receber de clientes e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados				163.992	163.992
	Caixa e equivalentes de caixa				37.605	37.605
	Investimentos mantidos até o vencimento		112			112
	Instrumentos financeiros derivativos			973		973
Total		-	112	973	201.579	202.682

		31 de dezembro de 2015	
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
	Empréstimos e financiamentos	195.700	195.700
	Outros passivos	13.221	13.221
	Fornecedores	59.252	59.252
Total		268.173	268.173



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

6 *Qualidade do crédito dos ativos financeiros*

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante e não circulante, é avaliada por metodologia interna de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resultando na classificação dos ativos financeiros em quatro categorias:

Rating	Tempo de Cadastro	Histórico de Pagamentos
A	Acima de 5 anos	Pontual
B	Acima de 3 anos	Até 1 dia de atraso médio
C	Igual ou menor de 3 anos	Acima de 1 dia de atraso médio
D	-	Inadimplentes

Rating	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A	30,0%	39,1%
B	2,3%	7,8%
C	45,9%	48,0%
D	21,8%	5,1%

Os depósitos em bancos e aplicações financeiras no montante de R\$ 33.768 (R\$ 37.605 em 31 de dezembro de 2015) estão classificados como baixo risco para curto prazo.

7 *Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e ativos financeiros disponíveis para venda*

(a) *Caixa e equivalentes de caixa*

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Recursos em bancos e em caixa	815	293
Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	31.292	36.130
Aplicações financeiras de curto prazo – Fundos de investimento	1.661	1.182
Total	33.768	37.605

As aplicações de curto prazo foram classificadas como mantidas para negociação e são representadas basicamente por Certificado de Depósito Bancários – CDB pós-fixados, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa CDI. A taxa média das aplicações em 31 de dezembro de 2016 é de 99,64% do CDI (em 31 de dezembro de 2015 – 98,33% do CDI).

(b) *Investimentos mantidos até o vencimento*

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui saldo de R\$ 3.335 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2015) referente a aplicações financeiras para as quais a entidade tem a intenção de manter até o vencimento. Essas aplicações financeiras são remuneradas a 100% da variação do CDI.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

8 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Cientes no País	82.897	71.152
Cientes no exterior	17.511	33.018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.059)	(2.080)
Total circulante	97.349	102.090
Cientes no País	26.244	22.025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.808)	-
Ajuste a valor presente (AVP)	(72)	(4.536)
Total não circulante	364	17.489
Total contas a receber	97.713	119.579

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A Companhia revisa trimestralmente sua carteira de recebíveis avaliando as expectativas de realização dos créditos.

Esta avaliação considera principalmente: (i) alteração em dados cadastrais, (ii) informações econômico-financeiras, (iii) histórico de compras e pagamentos, (iv) informações restritivas no mercado, (v) consultas a sistemas externos de informação e (vi) garantias.

Para todos os clientes que iniciam processos de recuperação judicial são constituídas imediatamente provisões que variam de 20% a 100% dos créditos a receber. Este provisionamento considera análise caso a caso, sendo revisado a medida que a situação do cliente evolui, com apresentação dos planos de recuperação e suas respectivas condições, aprovação ou não do plano na assembleia de credores, julgamento quanto à possibilidade ou não do cliente efetivamente conseguir cumprir o plano, etc.

Com o agravamento da crise econômica e a deterioração da atividade industrial em geral, intensificou-se a análise de informações externas, de mercado e de sistemas de informação de crédito, identificando aumento em quantidade de protestos e ações judiciais contra determinados clientes, reduzindo a expectativa de recuperação destes créditos.

A revisão dos recebíveis de clientes em recuperação judicial, renegociados ou com garantias, apontou a necessidade de complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 20.300.

Os valores justos das contas a receber se aproximam dos seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e nestes períodos nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 12% das receitas totais.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A vencer	95.000	82.769
Vencidos até 30 dias	2.804	8.666
Vencidos de 31 a 60 dias	218	7.223
Vencidos de 61 a 90 dias	136	630
Vencidos de 91 a 120 dias	156	762
Vencidos acima de 120 dias	28.338	26.145
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.867)	(2.080)
(-) Ajuste a valor presente (AVP)	(72)	(4.536)
Total	97.713	119.579

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber de clientes vencidos até 60 dias no valor de R\$ 3.022 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 15.889), referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, são prorrogações, atrasos normais e exportações pagas com o fechamento de câmbio não efetuado pela Companhia.

Os títulos vencidos há mais de 61 dias no valor de R\$ 28.630 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 27.537) com perdas de R\$ 28.615 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 2.080) referem-se, substancialmente, a clientes em recuperação judicial. Os recebíveis desses clientes foram provisionados integralmente.

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa da Companhia são as seguintes:



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldo Inicial	2.080	1.702
(+) Constituição provisão	6.697	1.204
(+) Constituição provisão de longo prazo	20.300	
(-) Realização provisão	(210)	(826)
Saldo Final	28.867	2.080
Demonstrado como:		
Circulante	3.059	2.080
Não circulante	25.808	-

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "outras despesas operacionais".

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reais	80.201	86.561
Euros	996	-
Dólares Americanos	16.516	33.018
	97.713	119.579

9 Estoques

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos acabados	54.513	72.103
Matérias primas, auxiliares e embalagens	43.471	92.974
Almoxarifado geral	12.860	12.116
Provisão para perdas nos estoques (i)	(6.824)	(5.969)
Total	104.020	171.224

(i) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações contábeis e para aqueles produtos que é esperado prejuízo em sua realização.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 730.803 em 2016 (R\$ 833.138 em 31 de dezembro de 2015).



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

10 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Impostos a recuperar / compensar		
Contribuição social sobre lucro	60	618
Imposto de renda	1.264	1.796
PIS e COFINS	-	2.088
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	1.626	2.378
(-) Provisão (“ <i>Impairment</i> ”) sobre Créditos de ICMS - aquisições de ativos	(252)	(377)
ICMS saldo Credor – SP	-	545
ICMS saldo Credor – BA	3.226	1.632
Créditos acumulados de PIS e COFINS na aquisição de ativos	147	22
Crédito fiscal relativo ao programa Reintegra	118	446
Créditos tributários federais a compensar decorrentes de processos judiciais transitado em julgado ⁽¹⁾	14.639	14.183
Outros	981	1.343
Total	21.809	24.674
Demonstrado como:		
Circulante	8.086	23.508
Não circulante	13.723	1.166

- (1) Em conexão com o trânsito em julgado do processo da antiga Ciquine-BA e do estabelecimento de Várzea Paulista, referente às compensações de PIS com PIS e PIS com COFINS, no exercício de 2015 a Companhia reconheceu créditos de PIS de R\$ 8.511, atualizados conforme decisão do Supremo Tribunal Federal.

11 Tributos diferidos

Para fins de melhor apresentação e, em conformidade com o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, – a Companhia está apresentando os ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos.

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	-	3.315
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	20.447	49.679
	20.447	52.994
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	(2.102)	(6.411)
	(2.102)	(6.411)
Ativo de imposto diferido (líquido)	18.345	46.583



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	33.612	23.311	-	56.923
Provisão para devedores duvidosos	2.249	755	(70)	2.934
Provisão para contingências trabalhistas	5.772	1.241	(570)	6.443
Provisão para contingências fiscais	2.477	582	(8)	3.051
Provisões diversas	7.469	5.484	(6.760)	6.193
Ajuste a valor presente (AVP)	976	10	(107)	879
Baixas de diferido	301	-	(112)	189
Pesquisas e projetos	138	-	(57)	81
(-) Valor não recuperável em 10 anos	-	-	(56.246)	(56.246)
Total de ativos de impostos diferidos	52.994	31.383	(63.930)	20.447
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	2.383	1.695	(151)	3.927
Superávit contribuições plano de previdência	4.028	424	(493)	3.959
(-) Valor não recuperável em 10 anos	-	-	(5.784)	(5.784)
Total de passivos de impostos diferidos	6.411	2.119	(6.428)	2.102
Total de imposto diferido (líquido) recuperável	46.583	-	-	18.345

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos através da projeção de seu lucro tributável para os próximos 10 anos. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação, crescimento do PIB projetado e taxa de desconto, e condições de mercado de seus produtos, validada pela administração. As projeções do cenário macroeconômico são as publicadas pelo Itaú BBA, e a taxa de desconto utilizada é o custo de capital próprio da Companhia.

A redução nos resultados projetados pela Companhia para os próximos anos e o prejuízo apurado em 2016 impactaram a estimativa de recuperação dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social, resultando na baixa líquida de R\$ 50.462 (sendo R\$ 56.246 do ativo (-) R\$ 5.784 do passivo), mantendo nas demonstrações apenas os créditos com expectativa de compensação no prazo de 10 anos.

	Em 31 de dezembro de 2015			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	32.801	1.361	(550)	33.612
Provisão para devedores duvidosos	2.083	463	(297)	2.249
Provisão para contingências trabalhistas	3.275	2.971	(474)	5.772
Provisão para contingências fiscais	2.474	3	-	2.477
Provisões diversas	5.332	7.784	(5.647)	7.469
Ajuste a valor presente (AVP)	439	906	(369)	976
Baixas de diferido	529	-	(228)	301
Pesquisas e projetos	206	-	(68)	138
Total de ativos de impostos diferidos	47.139	13.488	(7.633)	52.994
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	2.801	(418)	-	2.383
Superávit contribuições plano de previdência	4.460	482	(914)	4.028
Total de passivos de impostos diferidos	7.261	64	(914)	6.411
Total de imposto diferido (líquido) recuperável	39.878	-	-	46.583



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

12 Outros ativos

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Depósitos judiciais e vinculados	9.165	9.308
Participação no fundo previdencial – Plano CD	11.286	11.847
Venda de ativo imobilizado (1)	15.821	18.005
Outros ativos	4.550	5.253
Total	40.822	44.413
Demonstrado como:		
Circulante	7.417	8.865
Não circulante	33.405	35.548

(1) Em agosto de 2015 a Companhia alienou imóvel de sua propriedade localizado no município de Várzea Paulista, por R\$ 23.500 com prazo de recebimento em 64 parcelas corrigidos pelo IGPM + 2% a.a., com parcela já recebida de R\$ 3.000. Conforme orientado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente – a Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do contas a receber descontando as parcelas pela CDI no valor de R\$ 2.495 e reconhecendo o AVP no contas a receber de clientes parcelas em curto e longo prazos.

13 Investimentos

	Cetrel S.A.	Nexoleum Bioderivados S.A.			Outros	Total
	Valor contábil	Valor contábil	Mais valia dos ativos Intangível total			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.463	-	-	-	5	5.468
Aquisição de 50% do capital	-	4.611	14.240	18.851	-	18.851
Equivalência patrimonial	-	- 1.029	-	- 1.029	-	- 1.029
Amortização do intangível	-	-	318	- 318	-	- 318
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.463	3.582	13.922	17.504	5	22.972

Os demais investimentos não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos de *impairment* quando aplicável

Em maio de 2016 a Companhia adquiriu 50% da Empresa Nexoleum Bioderivados S.A., *joint venture* que explora mercado de plastificantes com base renovável, por meio de produção e oferta de produtos bioderivados de origem vegetal no Brasil e em regiões relevantes como Estados Unidos e Europa. O valor de investimento pode ser demonstrado como abaixo:

(a) Consideração paga ou a pagar:

Pagamento aos acionistas	3.864
Integralização de capital em julho de 2016	10.000
Total	13.864

(b) Alocação do investimento adquirido:

Valor dos livros, considerando aporte de capital de R\$ 10.000 no item (a) acima	4.611
Mais valia de intangível (patentes)	14.240
Total	18.851

Como previsto pelo CPC 15 (R1) a alocação dos valores acima ocorreu com base em estudos definitivos.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Compra vantajosa:

Valor do investimento adquirido	18.851
Consideração paga ou a pagar	(13.864)
Valor da compra vantajosa	4.987

A Companhia registrou no investimento o valor da compra vantajosa de R\$ 4.987 em contrapartida no resultado na linha de outras receitas e despesas.

14 Propriedades para investimentos

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor de imóvel, terreno e das instalações, líquido de depreciação	2.037	1.479

A Companhia possui terreno e instalações no município de Arujá classificadas como propriedades para investimentos. O valor justo em 31 de dezembro de 2016, com base em laudos de especialistas é de R\$ 34.300 (valor contábil do imóvel em 31 de dezembro de 2016: R\$ 1.469), não há variação significativa neste valor até a data destas demonstrações financeiras.

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu como pagamento de dívida do cliente Superquímica um apartamento localizado na Cidade de Canoas – RS. O qual foi classificado como propriedade para investimento. O valor justo em 31 de dezembro de 2016, com base em laudo de especialista é de R\$ 580 (valor contábil do apartamento em 31 de dezembro de 2016: R\$ 568).

15 Imobilizado

Resumo do imobilizado:

			Equipamentos			Equip. de processamento de dados e outros		Imobilizado em curso	Total
			Terrenos	Construções	e instalações	Móveis e utensílios	Veículos		
Saldo Inicial em 31/12/14									
Custo	11.088	57.200	509.897	4.500	3.167	3.495	55.745	645.092	
Depreciação acumulada	-	(41.672)	(331.494)	(2.932)	(2.267)	(2.554)	-	(380.919)	
Saldo contábil líquido	11.088	15.528	178.403	1.568	900	941	55.745	264.173	
Em 31/12/2015									
Saldo inicial	11.088	15.528	178.403	1.568	900	941	55.745	264.173	
Aquisições	-	-	625	252	793	110	81.065	82.845	
Baixas custo	(1.269)	(499)	(2.442)	(140)	(408)	(17)	(72)	(4.847)	
Baixas deprec acumulada	-	367	2.296	121	332	13	-	3.129	
Depreciações	-	(1.963)	(41.631)	(296)	(364)	(349)	-	(44.603)	
Transferências	-	582	100.951	42	-	(4)	(102.130)	(559)	
Saldo contábil líquido	9.819	14.015	238.202	1.547	1.253	694	34.608	300.138	
Saldo em 31/12/2015									
Custo	9.819	57.302	608.912	4.718	3.553	3.589	34.608	722.501	
Depreciação acumulada	-	(43.287)	(370.710)	(3.171)	(2.300)	(2.895)	-	(422.363)	
Saldo contábil líquido	9.819	14.015	238.202	1.547	1.253	694	34.608	300.138	
Em 31/12/2016									
Saldo inicial	9.819	14.015	238.202	1.547	1.253	694	34.608	300.138	
Aquisições	-	-	1.651	112	97	393	16.268	18.521	
Baixas custo	-	(4.832)	(97.456)	(217)	(410)	(218)	-	(103.133)	
Baixas deprec acumulada	-	3.881	67.020	156	360	216	-	71.633	
Depreciações	-	(1.810)	(47.868)	(301)	(365)	(365)	-	(50.709)	
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(796)	(131)	(363)	(7.501)	(150.517)	
Transferências	-	2.998	26.993	147	10	369	(32.527)	(2.010)	
Saldo contábil líquido	9.819	5.417	55.651	648	814	726	10.848	83.923	
Saldo em 31/12/2016									
Custo	9.819	55.468	540.144	4.753	3.250	4.130	18.349	635.913	
Depreciação acumulada	-	(41.216)	(351.602)	(3.309)	(2.305)	(3.041)	-	(401.473)	
Impairment	-	(8.835)	(132.891)	(796)	(131)	(363)	(7.501)	(150.517)	
Saldo contábil líquido	9.819	5.417	55.651	648	814	726	10.848	83.923	

O montante de R\$ 50.709 (R\$ 44.603 em 31 de dezembro de 2015) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos", R\$ 49.061 (R\$ 43.042 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 1.648 (R\$ 1.561 em 31 de dezembro de 2015) em "Despesas gerais e administrativas".



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía bens do imobilizado, basicamente terrenos, dados como garantia em defesa de processos judiciais no montante de R\$ 7.013.

A Companhia realizou a baixa dos ativos das unidades de Plásticos e Ftálico de Camaçari num total de R\$ 29.979, após finalizar estudos de aproveitamento que mostraram ser inviável reativa-las, considerando o atual cenário de crescimento projetado.

16 Intangível

Resumo do intangível:

	Software direito de uso	Marcas e patentes	Total
Saldo Inicial em 31/12/14			
Custo	8.220	5.670	13.890
Amortização acumulada	(3.221)	-	(3.221)
Saldo contábil líquido	4.999	5.670	10.669
Em 31/12/2015			
Saldo inicial	4.999	5.670	10.669
Aquisições	105	-	105
Baixas custo	(7)	-	(7)
Baixas amortização acumulada	7	-	7
Amortização	(1.320)	(1.038)	(2.358)
Transferências	559	-	559
Saldo contábil líquido	4.343	4.632	8.975
Saldo em 31/12/2015			
Custo	8.877	5.670	14.547
Amortização acumulada	(4.534)	(1.038)	(5.572)
Saldo contábil líquido	4.343	4.632	8.975
Em 31/12/2016			
Saldo inicial	4.343	4.632	8.975
Aquisições	76	-	76
Baixas custo	(626)	-	(626)
Baixas amortização acumulada	334	-	334
Amortização	(1.573)	(1.131)	(2.704)
Impairment	(780)	(3.501)	(4.281)
Transferências	2.010	-	2.010
Saldo contábil líquido	3.784	-	3.784
Saldo em 31/12/2016			
Custo	10.337	5.670	16.007
Amortização acumulada	(5.773)	(2.169)	(7.942)
Impairment	(780)	(3.501)	(4.281)
Saldo contábil líquido	3.784	-	3.784

Em maio de 2014, a Companhia adquiriu da empresa norte americana Coskata Inc., ao valor de R\$ 5.670 a exclusividade de uma nova tecnologia para a produção de álcoois.

Por ser uma tecnologia exclusiva para álcoois, cuja Unidade Geradora de Caixa apresentou valores recuperáveis abaixo dos valores contábeis, a Companhia reconheceu o *impairment* da tecnologia da Coskata Inc, no montante de R\$ 3.501.

17 Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros (imobilizado e intangível)

Em atendimento ao CPC 01, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, a Companhia realizou avaliação dos itens componentes do seu ativo imobilizado e intangível em 31.12.2016. Para essa estimativa foi utilizado o método de Valor Recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa, considerados os menores grupos de ativos que geram entradas de caixa e são em grande parte independentes dos outros ativos que são as unidades industriais conforme a seguir: Álcoois/Gases, Anidrido Ftálico/Plásticos, Ácido Sulfúrico, Anidrido Maleico, Resinas e Formol.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Dadas as características da indústria química e petroquímica, o método mais adequado para a mensuração do valor recuperável é o valor em uso, determinado através do valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para cada grupo de ativos que constituem as unidades geradoras de caixa, visto que não é viável determinar um valor de mercado pois os principais componentes do ativo não são homogêneos e transacionados num mercado com vendedores e compradores realizando transações a qualquer momento, não permitindo estimativas confiáveis de valor de venda.

Grande parte dos equipamentos que compõem as unidades geradoras de caixa é construída sob encomenda e após sua desativação são destinados como sucata.

As projeções foram elaboradas para um período de 10 anos, que corresponde ao horizonte usual de avaliação dos negócios da Companhia e condiz com a vida útil esperada para os ativos, considerados os investimentos em manutenção programados para o período. As projeções não consideram perpetuidade.

O estudo foi baseado em premissas macroeconômicas divulgadas pelo Banco Itaú BBA para os próximos 5 anos, sendo os índices do 5º ano extrapolados até o final do estudo. Foram utilizadas as seguintes taxas médias para o período da projeção:

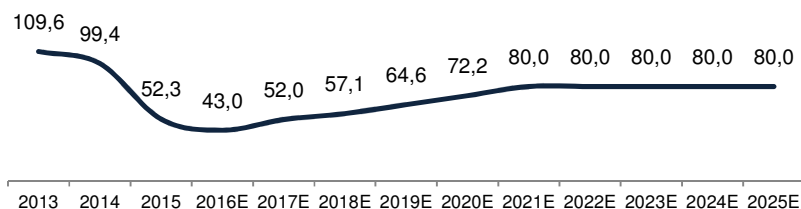
	2016E	2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	2023E	2024E	2025E
Inflação										
IGPM	6,8%	4,2%	4,2%	4,1%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%
IPCA	6,8%	4,8%	4,2%	4,1%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%
CPI	1,9%	2,1%	2,1%	2,1%	2,1%	2,1%	2,1%	2,1%	2,1%	2,1%
Taxa de Câmbio										
USD - Média	3,49	3,51	3,65	3,70	3,73	3,79	3,87	3,95	4,03	4,11
USD - Final	3,40	3,60	3,70	3,70	3,75	3,83	3,91	3,99	4,07	4,15
PIB										
PIB Brasil	-3,2%	2,0%	4,0%	3,7%	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%
PIB USA	1,5%	2,2%	2,4%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Taxas de Juros										
TJLP	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%
CDI	13,6%	9,9%	8,4%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%

Os preços dos principais produtos comprados pela Elekeiroz derivam da nafta petroquímica, e boa parte de suas matérias primas dependem das condições do mercado internacional. Desse modo, seus preços, receitas e margens de lucro são afetados pela variação cambial, pelo excedente de oferta de produtos químicos no mercado mundial e pelo preço do petróleo.

Preços Matérias Primas: preços evoluem na projeção de acordo com os indicadores descritos abaixo:

- Propeno / Ortóxileno / Benzeno / Isononanol / Estireno: curva do Brent
- Gás Natural: 50% curva Brent+ 50% IPCA
- Utilidades (vapor / energia elétrica): 100% IPCA

Curva Brent US\$ / bbl



Fonte: CMAI até 2021 (base Nov/16). A partir de 2021, projeções da Companhia.

A Companhia constatou que as Unidades Geradoras de Caixa de Álcoois, Anidrido Maleico e Resinas de Poliéster apresentaram valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, resultando na constituição de *impairment* sobre esses ativos, conforme demonstrado abaixo:



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em Milhões de Reais					
Unidade geradora de caixa	Valor recuperável dos ativos	Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	Impairment do ativo imobilizado	Impairment do ativo intangível	Impairment total
Anidrido Maleico	(0,5)	11,1	(11,1)	-	(11,1)
Resinas de Poliéster	(3,8)	9,3	(9,2)	(0,1)	(9,3)
Unidade de Várzea Paulista	(4,3)	20,4	(20,3)	(0,1)	(20,4)
Álcoois	(130,0)	122,9	(122,2)	(0,7)	(122,9)
Utilidades	-	8,0	(8,0)	-	(8,0)
Ativo intangível Coskata	-	3,5	-	(3,5)	(3,5)
Unidade de Camaçari	(130,0)	134,4	(130,2)	(4,2)	(134,4)
Total	(134,3)	(154,8)	(150,5)	(4,3)	(154,8)

A única Unidade Geradora de Caixa de Camaçari é a planta de Álcoois/Gases, que demandou *impairment*, portanto o mesmo tratamento foi aplicado aos ativos de suas áreas de apoio e de suas áreas indiretas.

18 Fornecedores, obrigações com pessoal e outros passivos

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a pagar aos fornecedores	33.450	59.252
Obrigações com pessoal	10.231	13.063
Outros passivos	23.097	13.221
	<u>66.778</u>	<u>85.536</u>
Circulante	66.369	85.127
Não circulante	409	409



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

19 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos, referentes a investimentos em ampliação e modernização das instalações e capital de giro, têm as seguintes características:

Modalidade	Encargos - %	Garantias	Amortização	Término	31/12/2016		31/12/2015	
					Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 aa.	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/02/2021	15.411	31.645	22.287	46.423
BNDES	IPCA + 1,96 a 2,26 aa.	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/04/2021	4.513	7.278	325	6.404
BNDES	3,00 a 6,00 aa.	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/02/2021	842	1.929	1.411	2.765
CESSÃO DE CRÉDITO VENDOR	17,33 aa.			21/02/2017	-	-	22.917	-
FINEP	3,50 aa.	Aval Itaúsa	Mensal	15/04/2021	2.062	6.829	2.065	8.877
BNB	11,18 aa.	Aval Itaúsa	Mensal	29/12/2020	16	27.949	-	-
NCE - SAFRA	17,31 aa.		Semestral	27/06/2019	-	54.083	25.202	-
NCE - BRASIL	CDI + 1,32 aa.		Trimestral	23/11/2016	-	-	15.166	-
TOTAL MOEDA NACIONAL					23.074	129.713	91.710	64.469
BNDES	VARIAÇÃO CAMBIAL + 2,03 a 2,16 aa.	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/10/2020	3.817	6.463	7.370	12.282
NCE - ABC	VARIAÇÃO CAMBIAL + 5,60 aa.		Semestral	04/07/2019	7.189	13.350	-	-
4131 - ABC	VARIAÇÃO CAMBIAL + 5,23 aa.	Aval Itaúsa	Final	08/12/2017	29.381	-	-	-
PRÉ PAGTO. EXP.	CDI + 5,22 aa.		Semestral	23/02/2017	4.254	-	19.869	-
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					44.641	19.813	27.239	12.282
TOTAL					67.715	149.526	118.949	76.751

Os avais garantidores dos financiamentos da Companhia foram concedidos pela acionista Itaúsa S.A. no montante de R\$ 138.135 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 110.209 em 31 de dezembro de 2015).

Os financiamentos classificados no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2017	-	23.727
2018	57.747	18.870
2019	64.792	34.154
2020 em diante	26.987	-
Total	149.526	76.751

Para financiar a continuidade futura dos programas de modernização, racionalização e automação para o aumento da produtividade e redução dos custos operacionais, a Companhia possui junto ao BNDES linha de crédito de longo prazo no valor de R\$ 123.741 com validade até junho de 2017. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 71.898 (R\$ 99.267 em 31 de dezembro de 2015).

Em dezembro de 2015 a Companhia contratou um empréstimo de R\$ 27.949 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), a ser provido com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com a finalidade específica de financiar a modernização da fábrica de gases situada no polo petroquímico de Camaçari. O montante do empréstimo foi liberado em parcela única em abril de 2016, após a comprovação física e financeira da integral aplicação dos recursos na forma prevista no projeto de modernização da Planta de Gases.

O montante principal do empréstimo será pago em 36 (trinta e seis) prestações, com carência inicial de dois anos, sendo o primeiro pagamento a ser efetuado em janeiro de 2018. O empréstimo prevê juros a taxa efetiva de 11,18% a.a. com um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa efetiva, no caso de pagamentos até os respectivos vencimentos, que serão realizados a cada trimestre, no período de carência e após esse período, mensalmente juntamente com o pagamento das prestações do montante principal da dívida.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os valores dos financiamentos estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam dos seus valores justos.

Acordo e restrições contratuais (“Covenants”)

A Companhia no curso normal de seus negócios obtém empréstimos com instituições financeiras e firma acordos comerciais com demais entidades os quais são formalizados contratualmente com suas respectivas definições de cláusulas de atendimento, restrições e/ou garantias (“covenants”). De forma geral, as restrições às quais a Companhia está sujeita tratam, sobretudo, quanto ao contrato de financiamentos e empréstimos junto ao BNDES, da adequada destinação dos recursos provenientes do banco a serem aplicados em: i) ampliação da capacidade de produção; ii) modernização de unidades; iii) meio ambiente; iv) aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e; v) instalações de linhas de produção.

Em 2016, face aos resultados negativos apresentados, a Companhia não atingiu os seguintes indicadores financeiros previstos no contrato: Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira Líquida. O descumprimento destes indicadores não implica em alteração nas condições e prazos da dívida, entretanto, a Instituição Financeira poderá, eventualmente, solicitar a apresentação de garantias adicionais, que a Companhia possui plenas condições de atender.

20 Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Obrigações fiscais federais	3.103	2.883
Obrigações fiscais estaduais	1.291	-
Total circulante	4.394	2.883
COFINS (1)	25.567	24.336
Depósitos judiciais	(25.567)	(24.336)
Total não circulante	-	-
Total impostos e contribuições a pagar	4.394	2.883

(1) A Companhia mantém provisionado no passivo não circulante, como imposto a pagar, o valor da COFINS não recolhido em função de medidas judiciais onde há possibilidade de perda na ação judicial, devidamente atualizado monetariamente e seus respectivos depósitos judiciais, questionando a legalidade da cobrança do diferencial de alíquota de 1% relativo à majoração da alíquota da COFINS.

21 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

(a) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas classificadas em um primeiro momento como prováveis. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores jurídicos, que as provisões são suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão impactos significativos na posição econômico-financeira da Companhia, conforme apresentado a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2016	160	16.974	6.220	23.354
Atualização monetária	74	2.088	951	3.113
Constituição	2.400	4.567	864	7.831
Reversão	-	(689)	(1.259)	(1.948)
Pagamentos	-	(1.104)	(235)	(1.339)
Em 31 de dezembro de 2016	2.634	21.836	6.541	31.011



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2015	150	9.630	6.422	16.202
Atualização monetária	10	1.070	375	1.455
Constituição	-	7.668	746	8.414
Reversão	-	(1.318)	(907)	(2.225)
Pagamentos	-	(76)	(416)	(492)
Em 31 de dezembro de 2015	160	16.974	6.220	23.354

(i) Tributárias

As ações tributárias com perda provável referem-se à transferência de crédito acumulado de ICMS anuladas pela fazenda e diversos processos.

(ii) Trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial. Em todos os casos onde a probabilidade de perda é provável segundo as opiniões dos advogados responsáveis pelos processos as provisões estão integralmente registradas no balanço.

Os processos trabalhistas referem-se principalmente a questões relativas a pedidos de responsabilidade subsidiária, doença ocupacional, equiparação salarial e horas extras. Na data destas demonstrações 105 processos no valor total de R\$ 21.836 (em 31 de dezembro de 2015, 99 processos no valor total de R\$ 16.974) estão classificados como perda provável, sendo que individualmente seus valores não representam risco expressivo para as operações da Companhia.

Os processos cíveis referem-se principalmente a demandas decorrentes de acidentes do trabalho, questões ambientais e comerciais.

(b) Perdas possíveis

A Companhia está envolvida em outros processos de natureza tributário, trabalhista e cível, que por apresentarem probabilidade de perda possível, na opinião de seus assessores jurídicos, não tem provisão constituída, conforme quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributárias	48.512	45.553
Trabalhistas	38.557	24.961
Cíveis	5.119	3.853
Total	92.188	74.367

(i) Tributárias

Os passivos tributários em 31 de dezembro de 2016 referem-se a 69 processos no valor de R\$ 48.512 (em 31 de dezembro de 2015, 75 processos no valor de R\$ 45.553), são constituídos por autos de infração principalmente relacionados aos seguintes temas: **(i)** compensação de crédito presumido de IPI no montante de R\$ 7.145 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 6.712); **(ii)** PIS e COFINS sobre receitas financeiras no montante de R\$ 5.473 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 5.126); **(iii)** créditos de ICMS sobre aquisições de matérias primas originadas na Zona Franca de Manaus no montante de R\$ 2.344 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 2.197); **(iv)** contribuição previdenciária de R\$ 3.138 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 2.829); **(v)** irregularidade na escrituração fiscal do ICMS Bahia de R\$ 9.343 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 8.410) e **(vi)** demais processos no montante de R\$ 21.069 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 20.279).

(ii) Trabalhistas e cíveis

Os passivos trabalhistas e cíveis referem-se a 146 processos no valor de R\$ 43.676 (em 31 de dezembro de 2015, 122 processos no valor de R\$ 28.814), sendo os principais objetos: danos morais, horas extras e subsidiariedade em relação a terceiros. Os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

(c) Ativos contingentes

A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações contábeis.

O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributário		
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	-	17.789
IRPJ pedido de revisão	18.309	
Outros tributários de valor inferior a R\$ 10 milhões	4.495	8.644
Total tributário	22.804	26.433
Cível		
Cobrança/execução de títulos extrajudicial	14.263	12.782
Outros cíveis de valor inferior a R\$ 10 milhões	2.895	2.607
Total cível	17.158	15.389

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 322.000 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 322.000), dividido em 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto (31 de dezembro de 2015 - 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto).

(b) Características das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm as seguintes características:

- Prioridade, em relação às ações ordinárias, no recebimento do dividendo obrigatório;
- Dividendo, por ação preferencial, nunca inferior ao que for atribuído a cada ação ordinária;
- Participação nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros;
- Prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a que lhes assegure preço unitário igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;
- Dividendo prioritário mínimo, anual e não cumulativo, de R\$ 2,00 por mil ações, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

(c) Reserva de capital

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda e do FINOR contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 8.326 (R\$ 8.326 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é constituída pelas reservas:

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 0,00 (R\$ 18.811 em 31 de dezembro de 2015).

(ii) Reserva especial

Constituída com o saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos e têm as seguintes finalidades: a) exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas; b) futuras incorporações desses recursos ao capital social; c) pagamento de dividendos intermediários distribuíveis por deliberação do Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 0,00 (R\$ 92.618 em 31 de dezembro de 2015).

(iii) Reserva incentivo fiscal

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda contabilizados no resultado do exercício que posteriormente são transferidos para a reserva de incentivo fiscal e excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo, pois na forma da legislação fiscal vigente não podem ser distribuídos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2015, o



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

saldo da reserva era de R\$ 13.310, o qual foi absorvido com o prejuízo auferido no exercício de 2016, o montante de incentivos fiscais totaliza a R\$ 13.310 e serão apropriados a essa reserva quando houver lucros auferidos em resultados futuros.

(iv) Prejuízo acumulado

No exercício de 2016 a Companhia aferiu prejuízo de R\$ 343.682, devido, principalmente, aos ajustes contábeis da perda por valor recuperável de ativos (*impairment*) imobilizados das unidades geradoras de caixa de Oxo-Álcoois, Maleico e Resinas, às baixas dos ativos imobilizados de Ftálico e Plastificantes de Camaçari desativados.

(e) Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

23 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida está demonstrada no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receita bruta de vendas	967.502	1.130.304
Mercado interno	918.528	1.039.557
Mercado externo	48.974	90.747
Impostos sobre vendas e devoluções (IPI, ICMS, PIS, COFINS)	(196.717)	(236.015)
Receita líquida de vendas	770.785	894.289

24 Despesas por natureza

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Matérias-primas e materiais de consumo	594.419	696.550
Remuneração, encargos e benefícios a empregados	94.862	105.238
Despesas variáveis de vendas	37.913	36.930
Depreciação e amortização	53.413	46.961
Créditos PIS e COFINS sobre depreciação	(2.933)	(2.569)
Despesas com manutenção	10.568	12.431
Serviços prestados por terceiros	16.660	17.521
Outras despesas	28.453	25.926
Total	833.355	938.988
Custo dos produtos vendidos	730.803	833.138
Despesas com vendas	37.913	36.930
Despesas gerais e administrativas	64.639	68.920
Total	833.355	938.988



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

25

Outras receitas e (despesas) líquidas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reversões (provisões) tributárias líquidas	(2.589)	(10)
Reversões (provisões) trabalhistas líquidas	(6.327)	(7.427)
Reversões (provisões) cíveis e ambientais líquidas	(382)	2.563
Reversões (provisões) para perdas nos estoques	4.082	(3.934)
Indenização de seguros	4.978	-
Projetos e pesquisas	(958)	(1.155)
Variação fundo previdencial da Fundação Itaúsa Industrial	(561)	(1.270)
Créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias primas (i)	15.316	26.925
Homologação de créditos tributários	823	8.429
Indenizações por paralização das linhas ftálico e plastificantes Camaçari	(10.882)	-
Desativação linhas ftálico e plastificantes Camaçari (ii)	(51.305)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)	(21.885)	-
Compra vantajosa (iv)	4.987	-
Alienação e baixa de ativo imobilizado (líquido)	(2.422)	18.691
Perda por valor recuperável dos ativos (impairment) do imobilizado e intangível (v)	(154.798)	-
Outras despesas	(12.932)	(2.657)
Total outras receitas (despesas) líquidas	(234.855)	40.155

(i) Referente a Lei 12.859 de 10 de setembro de 2013, que concedeu incentivos tributários à indústria química, por meio de crédito presumido e da redução das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS sobre aquisições de matérias-primas.

(ii) Despesas com desativação das linhas sendo: R\$ 29.979 baixa de ativo imobilizado; R\$ 15.000 de constituição de provisão para desmontagem das linhas e R\$ 6.326 baixa de estoques.

(iii) Conforme mencionado na nota 8 complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes em recuperação judicial, e outros, incluindo o ajuste adicional de R\$ 20,3 milhões realizado em dezembro.

(iv) Conforme mencionado na nota 14, refere-se a ganho por compra vantajosa de *Joint Venture*, conforme definido no CPC 18.

(v) Após a revisão das projeções de resultados e fluxos de caixa de suas unidades operacionais, a Companhia reconheceu redução do valor contábil de seus ativos das unidades produtoras de Oxo-Álcoois no valor de R\$ 134.383 e das unidades produtoras de Maleico, no montante de R\$ 11.092 e Resinas, no montante de R\$ 9.323.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

26 *Receitas e (despesas) financeiras*

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	4.933	3.173
Variação cambial ativa	18.705	14.165
Juros e descontos obtidos	1.702	1.863
Reversão do ajuste a valor presente	232	1.560
Outras	2.282	1.651
Total receitas financeiras	27.854	22.412
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(21.456)	(16.126)
Variação cambial passiva	(21.517)	(17.300)
Outras	(1.870)	(2.126)
Total despesas financeiras	(44.843)	(35.552)
Resultado financeiro líquido	(16.989)	(13.140)

Os montantes acima estão demonstrados na rubrica de receitas (despesas) financeiras da demonstração do resultado do exercício.

27 *Ganhos (perdas) cambiais líquidos*

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas à demonstração do resultado são as seguintes:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ganho com variação cambial	18.705	14.165
Perda com variação cambial	(21.517)	(17.300)
	(2.812)	(3.135)

Os montantes acima estão demonstrados na rubrica de receitas (despesas) financeiras na demonstração do resultado do exercício.

28 *Imposto de renda e contribuição social*

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Composição da despesa de IRPJ e CSLL		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(315.443)	(17.684)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34%	107.250	6.013
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos	(83.939)	-
Adições e exclusões permanentes	(1.088)	684
Baixa de créditos tributários diferidos não recuperáveis (1)	(50.462)	-
Outros	-	-
Total	(28.239)	6.697
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.239)	6.697

(1) Baixa de créditos de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido com expectativa de recuperação superior a 10 anos.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

29 Informações por segmento de negócios

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das Informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Administração, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos: Orgânicos e Inorgânicos, que apresentam características distintas em relação aos seus mercados.

Produtos orgânicos – incluem os Oxo-alcoóis, Anidridos Ftálico e Maleico, Plastificantes, Resinas de Poliéster Insaturado, Formol, Concentrado Uréia-formol e Ácido Fumárico.

Produtos inorgânicos - incluem o Ácido Sulfúrico e algumas atividades de revenda.

Em 31 de dezembro de 2016

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	680.490	90.295	-	770.785
(-) CPV	(658.908)	(71.895)	-	(730.803)
Lucro bruto	21.582	18.400	-	39.982
Despesas com vendas	(24.896)	(13.017)	-	(37.913)
Despesas administrativas e outras	-	-	(144.696)	(144.696)
Resultado financeiro	-	-	(16.989)	(16.989)
Perda por valor recuperável dos ativos (<i>impairment</i>) imobilizado e intangível	(154.798)	-	-	(154.798)
Participação nos lucros (prejuízos) de <i>joint venture</i>	-	-	(1.029)	(1.029)
Impostos sobre o Lucro	-	-	(28.239)	(28.239)
Lucro (prejuízo) líquido	(158.112)	5.383	(190.953)	(343.682)
Imobilizado líquido	32.662	19.329	31.932	83.923

Em 31 de dezembro de 2015

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	765.330	128.959	-	894.289
(-) CPV	(761.595)	(71.543)	-	(833.138)
Lucro bruto	3.735	57.416	-	61.151
Despesas com vendas	(27.346)	(9.584)	-	(36.930)
Despesas administrativas e outras	-	-	(28.765)	(28.765)
Resultado financeiro	-	-	(13.140)	(13.140)
Impostos sobre o Lucro	-	-	6.697	6.697
Lucro (prejuízo) líquido	(23.611)	47.832	(35.208)	(10.987)
Imobilizado líquido	238.832	22.407	38.899	300.138

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

30 Lucro (prejuízo) por ação

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(343.682)	(10.987)
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	31.485	31.485
Prejuízo líquido por ação em (R\$) – básico e diluído	(10,92)	(0,35)

Nos exercícios apresentados não havia instrumentos conversíveis ou outras obrigações com potencial de diluição da quantidade de ações em circulação.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

31 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

A empresa apresentou prejuízo nos exercícios de 2016 e 2015, portanto, não ocorreu apuração de dividendos.

32 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Vendas e compras de produtos e serviços, dividendos e aplicações financeiras

As transações com empresas pertencentes à controladora Itaúsa referem-se a compras e vendas de produtos e serviços e aluguel imobiliário, sendo realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

Empresa	Ref	Natureza da Operação	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Itaú Seguros	a	Prestação de serviços	-	-	-	-	-	1.562
Itaú Unibanco	b	Aplicação financeira	3.459	-	661	8.498	-	605
Itaú Corretora de Valores	c	Prestação de serviço	-	-	(26)	-	-	(25)
Itaúsa Empreendimentos	d	Prestação serviço e dividendos	-	-	(212)	-	-	(249)
Itautec	e	Aquisição de hardware/software	-	-	-	-	-	(30)
Duratex	f	Venda de produtos	-	-	-	-	-	991
Itaúsa	g	Dividendos/aluguel	-	-	(235)	-	-	(255)

As aplicações financeiras no Banco Itaú S.A. são efetuadas nas condições normais do mercado financeiro dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia. Os rendimentos das aplicações financeiras estão reconhecidos no resultado.

- a) Itaú Seguros S.A. – contratação de apólices de seguros.
- b) Itaú Unibanco S.A. – caixa e equivalentes de caixa.
- c) Itaú Corretora de Valores S.A. – prestação de serviços de custódia de ações.
- d) Itaúsa Empreendimentos S.A. – prestação de serviços de análise econômica e financeira; pagamento de dividendos.
- e) Itautec S.A. – aquisição de hardware, software e serviços.
- f) Duratex S.A. – prestação de serviços e compra de produtos acabados.
- g) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. – pagamento de dividendos e aluguel imobiliário.

Os avais garantidores dos financiamentos da Companhia foram concedidos pela acionista Itaúsa Investimentos Itaú S.A. no montante de R\$ 138.135 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 110.209 em 31 de dezembro de 2015), conforme mencionado na Nota 17.

(b) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Diretoria	3.991	4.495
- Honorários	2.890	3.214
- Encargos sociais (INSS e FGTS)	809	867
- Benefícios de curto prazo	113	237
- Benefícios pós-emprego	179	177
Conselho de Administração	1.671	1.813
- Honorários	1.322	1.439
- Encargos sociais (INSS)	264	288
- Benefícios pós-emprego	85	86



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

33 **Benefícios a empregados**

(a) **Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações contábeis o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) **Plano de contribuição definida - previdência privada**

A Elekeiroz S.A. oferece a todos os seus colaboradores a participação em um plano de previdência do tipo contribuição definida (Plano PAI-CD). O plano é administrado pela Fundação Itaúsa Industrial, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos da qual a Companhia é uma das patrocinadoras. Pela natureza do plano, não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes do mesmo. O regulamento vigente prevê a participação dos funcionários do percentual entre 1% a 10% do salário, sendo que a patrocinadora contribui com 100% do montante aportado pelos funcionários, tendo resultado em contribuições de R\$ 1.847 até 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.823 em 31 de dezembro de 2015).

O Plano PAI-CD apresenta um fundo previdencial, constituído pelas contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada. Segundo o regulamento do plano, este fundo vem sendo utilizado para compensar as contribuições das patrocinadoras, desta forma a Companhia reconheceu no seu balanço um ativo relativo a estes créditos (despesa antecipada – fundo previdencial) considerando a redução de pagamentos futuros que ocorrerá em função das compensações com este fundo. Tal ativo foi mensurado através do cálculo do valor presente das contribuições futuras a serem realizadas pela Companhia considerando os funcionários inscritos no plano na data de encerramento destas demonstrações, no montante de R\$ 11.286 (R\$ 11.847 em 31 de dezembro de 2015).

34 **Cobertura de seguros (não auditado)**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado é de R\$ 722.839 (R\$ 722.839 em 31 de dezembro de 2015).

35 **Instrumentos financeiros derivativos**

Nas operações com derivativos não existem liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui o seguinte contrato:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui três contratos desta modalidade, cujo valor *notional* é de US\$ 16.394 com vencimentos em 23/02/2017, 08/12/2017 e 04/07/2019, com posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou essas operações com o objetivo de se proteger das constantes oscilações da taxa do dólar, lastreando os contratos: um de pré-pagamento de exportação (PPE), um de cédula de crédito à exportação e um da Lei 4.131 em moeda estrangeira à variação da CDI. O valor a pagar dos contratos de SWAP está registrado no passivo circulante e não circulante como passivos financeiros ao valor justo.

Contrato de Swap			
Valor notional	Posição ativa	Posição passiva	Valor a pagar
16.394	54.186	57.653	3.467